

“É MUITO BOM SER LEMBRADA PARA O STF”

➤ Ministra diz que uma tropa desorganizada coloca em risco a sobrevivência do estado democrático de direito

Telmo Fadul

tfadul@hojeemdia.com.br

Cotada nos últimos anos para assumir uma cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF) sempre que um ministro se afasta da corte, a vice-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, diz que sua maior pretensão é aprimorar-se academicamente.

Mineira de Belo Horizonte, a ex-procuradora

da República, que atuou na Casa Civil durante o governo Lula, fala sobre a Justiça Militar.

Como é ser a única mulher em um ambiente tão masculino?

É um olhar diferente, sem dúvida nenhuma. Primeiro, porque tenho meu olhar civil, e, segundo, porque tenho um olhar feminino, que faz diferença. Isso me dá uma visão mais humanista, mais branda do direito penal, até porque defendo a in-

tervenção do direito penal mínimo. Então, é claro que lidar ali, num ambiente tão masculino, apesar de hoje ter mulheres que integram a carreira, é uma experiência interessante. Eu poderia dizer que procuro contribuir com os militares com meu conhecimento jurídico, com minha visão feminina, sobretudo naquelas questões de violência contra a mulher, que, às vezes, surgem ali. E eles, por outro lado, me ajudam a entender a dinâmica da vi-

da dentro das casernas. É uma troca muito produtiva eu posso dizer. Ao mesmo tempo, procuro humanizar o direito penal militar, que é muito duro e exige um rigor de conduta muito elevado.

A Justiça Militar é realmente necessária?

A Justiça Militar é especializada, como a Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho. Isso que justifica a sua existência. Nós lidamos com bens jurídicos especialíssimos, que são a hierarquia e a disciplina. Para isso, é preciso um conhecimento da matéria, que as justiças ordinárias não têm.

Além disso, a Justiça Militar é fundamental na medida em que as suas decisões têm de ser céleres. Não dá para esperar uma resposta penal, tanto no sentido da absolvição quanto da condenação, com a duração do processo que corre nas justiças ordinárias. A celeridade na Justiça Militar é muito grande. Um processo leva três, quatro anos no máximo. Os processos são julgados em muito menos tempo porque a função da pena, mais do que punir o militar, é pedagógica – tem que dar exemplo dentro do quartel. O militar que desacata, que de-

sobedece uma ordem, se permanece impune, é um péssimo exemplo para a tropa. Uma tropa desorganizada, que não obedece a cadeia de comando, coloca em risco a própria sobrevivência do estado democrático de direito.

Como a senhora vê as especulações do seu nome para compor o STF?
A escolha de um ministro do Supremo é absolutamente pessoal da presidente da República. Então, a sugestão dos nossos nomes, na verdade, são apenas inferências, mas, posso dizer que fico satisfeita de lembrarem que eu existo, de cogitarem a minha pessoa, porque acho que isso põe em destaque até o meu tribunal. Mas, com toda a franqueza, não é algo que eu considere com seriedade, porque já trabalhei na Casa Civil e sei como funcionam esses processos de escolha. Nomes no jornal não significam absolutamente nada, mas, é sempre bom ser lembrada.

A senhora sonha em subir mais na carreira?

Eu digo que estou muito feliz onde estou. A minha ambição é me aprimorar cada vez mais, intelectualmente, e, claro, como ser humano. ●